

ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES: DESAFIOS E AVANÇOS DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

CASE STUDY AT CASTRO ALVES MUNICIPAL SCHOOL: CHALLENGES AND
ADVANCES IN THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOM

ESTUDIO DE CASO EN LA ESCUELA MUNICIPAL CASTRO ALVES: DESAFÍOS
Y AVANCES EN LA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONALES

Maria de Fátima Bela Pinaⁱ

Resumo: Este estudo propõe-se uma análise e reflexão a cerca da inclusão dos alunos com deficiência, matriculados na sala de recursos multifuncionais da Escola Municipal Castro Alves, no município de Ibipitanga – Estado da Bahia. A inclusão de alunos que apresentam algum tipo de deficiência vem provocando na comunidade escolar e na sociedade, uma possível mudança de pensamentos frente a este novo modelo de escola, onde os alunos devem estar incluídos nas salas de aulas, do ensino regular. Essa nova proposta de educação faz com que a escola reflita sobre os princípios desse novo padrão, que vai desde a convivência com este público em um espaço até uma renovação na organização de todo o trabalho pedagógico na Instituição Escolar. No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, é de grande relevância para o desenvolvimento deste aluno na escola. Desse modo, todos os sujeitos, inclusive as crianças e jovens com deficiência, devem garantir o direito ao acesso e permanência na escola e de qualidade. Este estudo é resultado de uma experiência que buscou refletir sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado como apoio a inclusão escolar de alunos com deficiência na Instituição Escolar. Pela importância da temática foi preciso dialogar com Mantoan (1997), Carvalho (1997), Correia (1997), Paula (2007), entre outros. O estudo evidenciou que na inclusão escolar não basta socializar, é primordial à implementação de ações efetivas que visem à superação das dificuldades e ampliação do saber, assim compete à escola, pois, precisa compreender que a inclusão é resultado de um movimento que assume a educação como um direito humano fundamental e a base para uma sociedade mais justa e solidária.

Abstract: This study proposes an analysis and reflection about the inclusion of students with disabilities enrolled in the multifunctional resource room of the Escola Municipal Castro Alves, in the municipality of Ibipitanga - State of Bahia. The inclusion of students with some type of disability has been causing a possible change of thoughts in the school community and in society in view of this new model of school, where students should be included in the classrooms of regular education. This new education proposal makes the school reflect on the principles of this new standard, which ranges from living with this public in a space to a renewal in the organization of all pedagogical work at the School Institution. With regard to Specialized Educational Service, it is of great relevance for the development of this student at school. Thus, all subjects, including children and young people with disabilities, must guarantee the right to access and stay in school and of quality. This study is the result of an experience that sought to reflect on the importance of Specialized Educational Assistance to support the school inclusion of students with disabilities in the School Institution. Due to the importance of the theme, it was necessary to dialogue with Mantoan (1997), Carvalho (1997), Correia (1997), Paula (2007), among others. The study showed that in school inclusion it is not enough to socialize, it is essential to implement effective actions aimed at overcoming difficulties and expanding knowledge, so it is up to the school, because it needs to understand that inclusion is the result of a movement that takes up education as a fundamental human right and the basis for a more just and solidary society.

Resumen: Este estudio propone un análisis y reflexión sobre la inclusión de estudiantes con discapacidades matriculados en la sala de recursos multifuncionales de la Escola Municipal Castro Alves, en el municipio de Ibipitanga - Estado de Bahía. La inclusión de estudiantes con algún tipo

de discapacidad ha provocado un posible cambio de opinión en la comunidad escolar y en la sociedad en vista de este nuevo modelo de escuela, donde los estudiantes deberían ser incluidos en las aulas de educación regular. Esta nueva propuesta educativa hace que la escuela reflexione sobre los principios de este nuevo estándar, que abarca desde vivir con este público en un espacio hasta una renovación en la organización de todo el trabajo pedagógico en la institución escolar. Con respecto al Servicio Educativo Especializado, es de gran relevancia para el desarrollo de este alumno en la escuela. Por lo tanto, todas las asignaturas, incluidos los niños y jóvenes con discapacidad, deben garantizar el derecho de acceso y permanencia en la escuela y de calidad. Este estudio es el resultado de una experiencia que buscaba reflexionar sobre la importancia de la Asistencia Educativa Especializada como apoyo para la inclusión escolar de estudiantes con discapacidades en la Institución Escolar. Debido a la importancia del tema, fue necesario dialogar con Mantoan (1997), Carvalho (1997), Correia (1997), Paula (2007), entre otros. El estudio mostró que en la inclusión escolar no es suficiente socializar, es esencial implementar acciones efectivas dirigidas a superar las dificultades y ampliar el conocimiento, por lo que depende de la escuela, porque necesita comprender que la inclusión es el resultado de un movimiento que adopta la educación como un derecho humano fundamental y la base para una sociedad más justa y solidaria.

Palavras chaves: Inclusão. Atendimento Educacional Especializado. Práticas Pedagógicas.

Keywords: Inclusion. Specialized Educational Service. Pedagogical practices.

Palabras claves: inclusión. Servicio Educativo Especializado. Prácticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Este estudo de caso aponta para o cenário da educação inclusiva, respectivamente para a importância da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no desenvolvimento dos alunos da escola, público alvo da Educação Especial. O objetivo é analisar a relação entre o atendimento da sala de aula comum e do AEE, com foco nas práticas pedagógicas a fim de garantir uma reflexão a respeito da inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação na escola regular. Como sabemos o processo de inclusão de educandos com deficiência, é bastante desafiadora especificamente para os docentes, visto que muitos não se sentem preparados para assumir tais responsabilidades e não sabem como agir diante de tais situações.

A política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva vem apresentar alternativas para a efetivação da inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação na escola comum. Vale salientar que por meio deste trabalho, é realizado um estudo com o intuito de ampliar a discussão sobre a importância da sala de Atendimento Educacional Especializado, destacando qual a contribuição para a efetivação da escola inclusiva, e de que modo esse ensino tem contribuído para a melhoria do processo de escolarização.

Desde 1994, o Brasil, tendo participado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca na Espanha, assumem o compromisso de que, até o ano de 2015, que garantiria o acesso de todas as crianças ao ensino fundamental, de forma gratuita e obrigatória. O Sistema governamental pactua – se

em transformar a educação brasileira em um sistema inclusivo, o que significa, em termos curriculares, que as escolas públicas devem ser idealizadas, e os programas de ensino se constituem, considerando as diferentes características e necessidades de aprendizagem dos estudantes. Diante disso, as crianças e jovens com deficiência passam a ter a comprovação de uma pedagogia diferenciada, capaz de identificar e satisfazer as suas necessidades, assegurando-lhes condições de desenvolvimento e aprendizagem como os demais alunos.

Em 1996, os princípios da educação inclusiva são complementados e contínuos, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tal documento pressupõe que as crianças com deficiência também têm direito de receberem educação na rede regular de ensino, ou seja, é garantida a matrícula em escolas e classes comuns, independentemente de suas diferentes condições físicas, motoras, intelectuais, sensoriais ou comportamentais. Os sistemas de ensino movem - se, assim, a enfrentar o desafio de produzir uma pedagogia centrada no alunado, capaz de educar a todos.

Segundo a Declaração de Salamanca de 1994 (BRASIL, 1997),

“O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usam de recurso e parceria com as comunidades.

Contudo, se o professor alega que o aluno não está aprendendo, antes de ele ser rotulado e / ou excluído, devem ser respondidas, pelo menos, três perguntas: O que se está esperando que ele aprenda, ou seja, quais objetivos estão previstos no seu processo de escolarização? O que lhe está sendo ensinado e para que, portanto, quais conteúdos estão compondo o planejamento do professor? Como está se realizando seu ensino, ou seja, que metodologia e quais procedimentos são administrados e que materiais e equipamentos estão à disposição?”.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), na perspectiva da educação inclusiva, tem uma característica exclusiva de suporte e apoio à escola regular, através do atendimento à escola, ao professor da sala de aula regular e ao estudante. O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, planeja e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que suprime barreiras para a participação ativa dos alunos, tendo em vista suas necessidades específicas. Deve ser realizado no período contrário ao da classe frequentada pelo aluno e preferencialmente, na própria escola. Há ainda a viabilidade de esse atendimento acontecer em uma escola próxima.

Nas escolas de ensino regular o AEE deve acontecer em salas de recursos multifuncionais que é um espaço estruturado com materiais didáticos, pedagógicos,

equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, planejadas para oferecer suporte necessário a estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento. (MEC, 2007).

Contudo, o professor da sala de recursos deve atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que auxilia para o acesso do aluno ao currículo e a sua relação no grupo, entre outras ações que propicia a educação inclusiva. Quanto mais o AEE ocorrer nas escolas regulares nas que os alunos com deficiências estejam matriculados mais trará benefícios para esses, o que contribuirá para a inclusão, evitando atos discriminatórios.

A Resolução 4/2009, o artigo 8º assegura que os alunos matriculados em classe comum do ensino regular e que tiverem matrícula concomitante no AEE serão contabilizados duplamente no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme o Decreto nº 7.611 de 2011. Cabe destacar que o AEE não é uma ideia nova, já que a sala de recursos foi criada na Educação Especial brasileira na década de 1970, com a finalidade de integrar os alunos com deficiência no ensino regular.

Nesse sentido a Escola Municipal Castro Alves, no município de Ibipitanga, centro sul da Bahia, iniciou o atendimento na Sala de Recurso Multifuncional em 2019, com quatorze alunos matriculados com diversos tipos de deficiência, sendo a surdez e deficiência intelectual as mais atendidas só ressaltando que das dezesseis unidades escolares dez possui atendimento educacional especializado, bem como um Centro Educacional Especializado – Walter Chaves Coimbra.

A temática que originou o problema de pesquisa ocorreu da observação participante do professor que atua no AEE, no espaço escolar, através da sua ação pedagógica, com o objetivo maior, aparece então à verificação de ações no desenvolvimento cognitivo, social cultural e sócio afetivo, dos alunos com deficiência. O problema está assim delimitado: Atuação do professor da classe comum da Escola Municipal Castro Alves frente às necessidades educacionais do aluno com deficiência. Quais ações desenvolvidas pela escola para incluir o aluno? As questões norteadoras foram às seguintes: Que ações pedagógicas realizam os docentes, inclusive o professor de AEE em sua atuação com alunos com deficiência?

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

Escola de Ensino Fundamental Final compreende de (6º ao 9º ano), conta com 35 professores e aproximadamente 500 alunos na faixa etária de 11 a 14 anos de idade.

Funcionamento nos turnos matutino e vespertino, sendo que no turno noturno com a Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

A escola possui uma estrutura física adequada para propiciar uma educação de qualidade, mesmo necessitando de mais salas de aulas para melhor acomodar os alunos, assim diminuir a quantidade dos alunos na sala e não prejudicar o aprendizado.

Figura 1 – Mapa de Ibipitanga e Escola Municipal Castro Alves



Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Ibipitanga>

A Escola Castro Alves foi contemplada com a sala de recursos multifuncionais no ano de 2017, mas, só a partir do ano de 2018 que foi equipada, devido à falta do espaço físico. No ano de 2019, foram iniciados os trabalhos na sala de recursos multifuncional e assim, começaram os atendimentos com os alunos matriculados na escola, atendendo o que diz as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e o Documento Orientador do Programa Implantação de salas de recursos.

METODOLOGIA

Neste estudo, relato minha experiência como professora do Atendimento Educacional Especializado e o importante papel do professor da sala de recursos e da Classe Comum na inclusão do aluno com deficiência na escola e conseqüentemente na sociedade como um todo.

Este estudo consiste em uma observação contínua no dia a dia da escola, o trabalho diário do professor e seus respectivos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, tendo como objetivo principal discorrer sobre a importância e contribuição do Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento dos alunos com deficiência, nas salas de recursos e classes comuns da escola.

A sala de recurso multifuncional é um ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado que tem como objetivos: Suprir condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública do ensino regular. Assegurar a transversalidade das ações da educação especial na rede de ensino. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que extingue as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. Garantir condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

O conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos que define o AEE são organizados institucionalmente e proporcionalmente de forma complementar ou suplementar à formação do alunado. A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluindo livros didáticos, jogos educativos acessíveis em Braille e recursos adaptados na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O aluno é regularmente matriculado na escola e conseqüentemente na sala de recursos, pois o aluno pode efetivar sua matrícula duplamente. Os atendimentos são compostos por duas (2) vezes na semana, com um tempo de até 2 horas por dia. No primeiro dia do atendimento é agendada uma anamnese com os pais ou responsáveis do aluno, para melhor traçar um plano de atendimento individual para o mesmo e assim conhecer o histórico familiar do estudante. Esse atendimento deve ser fornecido no horário oposto ao horário da sala regular, trabalhando juntamente com os docentes com o intuito de orientar e dar um apoio pedagógico a esses professores.

Carvalho (1997) salienta que a inclusão é um "processo" e, como tal, "deve ser paulatinamente conquistada". Trata-se de uma mudança de paradigma, numa cultura que não está acostumada a conviver com o seu membro "diferente", e, realmente, qualquer mudança precisa ser conquistada gradativamente.

O AEE é um atendimento especializado e, esse tipo de atendimento de maneira nenhuma pode ser caracterizado como reforço escolar. É um campo do conhecimento onde envolve a interdisciplinaridade que abarca recursos, metodologia e práticas pedagógicas inclusivas possibilitando a inclusão social de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação.

Na sala de recurso multifuncional da referida escola, os estudantes cada um com sua peculiaridade, possuem seu Plano Desenvolvimento Individual (PDI). O trabalho do AEE deve estar em consonância com os professores de toda escola. Foi organizado uma

vez ao mês um encontro com todos os professores da escola e a professora da sala multifuncional para dialogar sobre os alunos com necessidades especiais matriculados na escola. Durante as discussões, surgiram várias idéias para aprimorar o trabalho do professor e que o aluno consiga aprender respeitando suas individualidades.

O profissional da sala de AEE deve introduzir práticas inovadoras e o planejamento deve ser feito de forma colaborativa juntamente com o professor da sala regular, deve ser desenvolvido meios que consiga introduzir todos, inclusive a família do aluno, pois “A relação entre a família e a escola deve ser harmoniosa, favorecendo o diálogo sobre as diferenças de valores e pontos de vista sobre a educação” (PAULA, 2007, p. 16). Portanto, o AEE é de suma importância na escola comum, pois irá ajudar os alunos com deficiência evoluírem positivamente, ajudando no desenvolvimento do trabalho do professor. O atendimento é realizado através de atividades lúdicas e atrativas que abarca o lado sensorial da criança para obter a atenção e a percepção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar que alguns alunos não apresentam, apesar da idade, um bom desempenho nas atividades propostas, durante as observações e mesmo no dia a dia. São lacunas marcantes, que possibilita averiguar o porquê de alguns alunos com deficiência, que ainda não conseguiram se desenvolver dentro que lhe é apresentado na sala de recursos e na sala comum.

No entanto, a escola por onde ele percorreu não se preocupou em preencher algumas dessas lacunas. A família ficou afastada do processo educativo e não se empenhou como deveria, buscar ajuda necessária de uma equipe multiprofissional para que o filho pudesse conquistar avanços positivos na sua vida escolar e social. Alfabetizar aluno com deficiência não é uma tarefa fácil e nem todos os professores da classe comum estão aptos e empenhados para fazer este trabalho, embora não tendo dúvida da capacidade do aluno.

Podemos observar que o Atendimento Educacional Especializado é de grande relevância na vida do aluno. Atua como um recurso vital para a Inclusão Escolar de pessoas com deficiência. São muitas as possibilidades de abordagem para a estruturação do mesmo e, geralmente, cada escola deve discorrer uma proposta de trabalho diferenciada. No entanto, é preciso que haja um projeto político pedagógico que atenda às diferentes peculiaridades dos alunos. A existência do atendimento é para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum, e que é fundamental para que possam ultrapassar as barreiras postas pela deficiência.

De mais a mais, vale destacar alguns projetos desenvolvidos pela instituição escolar, em especial, na temática da educação inclusiva, sendo desenvolvidas ações, tais como: Projeto Quadrilha Junina incluindo os alunos com deficiência intelectual, Projeto Gincana Estudantil com participação dos alunos surdos da escola, e o Projeto Setembro Verde, além de outras atividades escolares.

Vale ressaltar, que atualmente, a unidade escolar tem matriculado 14 (quatorze) estudantes na sala de recursos multifuncionais da Escola Castro Alves, sendo a deficiência intelectual e surdez as mais atendidas. As tarefas executadas foram pensadas de forma a atender o estudante e suas individualidades a partir das suas habilidades básicas para a faixa etária, estratégias de promoção da interação, envolvimento, participação e comunicação que contemple o estudante em diversas situações.

Alguns estudantes são pensadores visuais, ou seja, não pensam através da linguagem. Por esse motivo, alguns conceitos tornam-se difíceis de ser apreendidos quando não demonstrados de forma concreta e visual. Dentro dos projetos, uma das tarefas da gincana estudantil era o “soletrando”, onde os alunos surdos participaram, de modo que eles pudessem observar as imagens e soletrar a palavra na língua de sinais. A mesma tarefa demais alunos com Deficiência intelectual houve uma participação significativa, pois conseguiu concluir a tarefa com êxito.

Ao longo da execução das atividades escolares, houve na escola o “projeto Verde”, onde os alunos com Deficiência Intelectual participaram no plantio das sementes de árvores, hortas, e o cuidado que devemos ter com as plantas. Os alunos, são estimulados a realizar tarefas através de músicas, desenhos, pinturas, colagens e confecção de objetos utilizando sucatas. Todos os trabalhos são de promoção à autonomia e interação dos alunos em todo o espaço da escola, demonstrando através destas atividades sua capacidade em aprender, mesmo com limitações físicas ou intelectuais.

No projeto Setembro Verde, com o objetivo de mobilizar toda a comunidade escolar quanto aos direitos e acolhimento da pessoa com deficiência em todo o espaço escolar e a sociedade como um todo, promoveu rodas de conversas com pessoas que possuem algum tipo de deficiência que não são alunos da escola e relataram a sua história de vida para toda equipe escolar e demais alunos da escola. Com o intuito de chamar atenção dos alunos, gestão e professores os alunos público alvo da Educação Especial participaram fazendo uma pequena amostragem de suas habilidades, como: coreografias, danças, músicas em Libras, etc. Assim, para concluir o projeto foi realizando uma caminhada pelas ruas da cidade com cartazes, faixas, e os alunos do AEE desfilaram com camisas com a cor verde e

professores com fitas verdes na roupa, para que a sociedade reflita sobre os direitos da pessoa com deficiência, para que não sejam surpreendidas por atos discriminatórios.

Segundo Mantoan (1997), o processo de inclusão exige da escola novos instrumentos de ensino e aprendizagem, idealizada a partir de uma mudança de atitudes da Gestão Escolar, Professores, Alunos e família da própria instituição, reduzindo todo o tradicionalismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente inclusiva, com interesse em atender às necessidades de todos os alunos.

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminham-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (MANTOAN, 1997, s/p).

Contudo, as formações pedagógicas inclusivas com os professores, trata-se especialmente dos alunos que possuem deficiência intelectual e surdez que existem na escola, o trabalho sistematizado nos encontros, vão aos poucos dando forma à prática do professor com sugestões de trabalho ao deparar com aluno com deficiência na classe. Apostilas com diversos modelos de atividades adaptadas são confeccionadas para auxiliar no trabalho do professor.

Vale salientar, que os atendimentos são realizados conforme planejado e incluso no Plano de Desenvolvimento Individual do aluno, observando o estudo de caso realizado e a anamnese feita com a família para saber sobre as dificuldades e habilidades dos mesmos.

Com os alunos com deficiência intelectual, é necessário trabalhar com pareamentos imagem x palavra ou letras do alfabeto, jogos educativos como: dominós, baralhos, jogo UNO, discriminação visual, percepção, exploração de objetos, caixa tátil, rotinas, leitura de imagens, percepção auditiva, pareamentos de objetos, matemática lúdica, esquema corporal e atividades psicomotoras, etc. Cada atividade com objetivos e acompanhando a evolução dos alunos e avaliar de acordo particularidade de cada um. É necessário o registro do trabalho no portfólio dos alunos para acompanhar a evolução dos mesmos e assim, poder reestruturar o plano quando necessário.

Quanto ao acompanhamento do aluno com deficiência na classe regular, converso individualmente com os professores de cada disciplina para saber sobre o desempenho do aluno e assim, fazer as intervenções necessárias além dos encontros nas ACs (Atividades Complementares) mensalmente.

O trabalho com alunos surdos o objetivo específico é o desenvolvimento da linguagem, se possível num enfoque bilíngüe, ampliando seu vocabulário na Língua de Sinais. Os Alunos realizam atividades desenvolvendo a Língua de sinais através de músicas, pareamentos de frases x palavras x sinais, por meio de fichários, pastas visuais, vídeos, jogos, quebra – cabeças, dominós etc.

Desta forma, as promoções destas atividades dão oportunidade aos alunos a realizar e aprender dentro de suas possibilidades, assim, eles aprendem de maneira atrativa e divertida, não esquecendo também das competências socioemocionais que influenciam muito no aprender de cada um. O desenvolvimento por mais que sejam menores, são significativos respeitando a limitação destes estudantes.

Ato contínuo, os encontros com a família é de suma importância para o fortalecimento de vínculo e trabalhar de forma colaborativa, No momento de escuta os pais dão idéias e opiniões com relação ao aprendizado do filho e relatam como estão aprendendo. É uma parceria necessária para o avanço dos alunos em todos os aspectos cognitivos, sociais e intelectuais.

Portanto, a prática pedagógica utilizada numa escola inclusiva, requer uma educação para todos, pautada no comprometimento, respeito aos múltiplos saberes e que de fato, os alunos tenham uma aprendizagem justa e igualitária e que venham exercer seu papel na sociedade com respeito, autonomia e dignidade.

Quadro 1. Plano de Atendimento Educacional Especializado.

PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

1. DADOS DO EDUCANDO

Nome: “S”

Ano: 2020

Período: de Março a Dezembro

Professora (regular): Professores do Fundamental II (6º ao 9º ano)

Professora de AEE: Maria de Fátima Bela Pina

Área da Deficiência: **Deficiência Intelectual Moderada**

2. ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

- Período de atendimento: de março a dezembro de 2020.
- Frequência: duas vezes por semana – segunda e quarta-feira
- Tempo de atendimento: Uma hora
- Composição de atendimento: atendimento individual e coletivo

3. OBJETIVO

Desenvolver as funções mentais superiores, ou seja, desenvolver o conjunto de funções cognitivas responsáveis pela ampliação da capacidade psicomotora e de linguagem, como abstração e aquisição de conceitos.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver a linguagem
- Desenvolver coordenação motora ampla e fina
- Ampliar a capacidade de memorização
- Desenvolver a percepção visual e auditiva
- Reconhecer o corpo em suas partes e funções
- Ampliar a capacidade de se comunicar e utilizar a linguagem oral como instrumento de comunicação
- Adquirir hábitos de higiene pessoal e independência nas atividades da vida diária.
- Compreender e utilizar dos conceitos básicos, como: grande e pequeno, mais e menos, muito e pouco, aberto e fechado
- Reconhecer e diferenciar cores
- Reconhecer e diferenciar formas geométricas
- Utilizar da contagem de grupos pequenos
- Compreender a função e dar significado a objetos do dia a dia

5. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

- Atividades fortalecedoras de sua autonomia e noções fundamentais de higiene e alimentação (lavar as mãos, merendar, escovar os dentes, pentear-se etc.)
- Atividades que envolvam noções sobre Tempo (hora, períodos do dia, dias da semana, meses e ano) e orientação espacial (rua, avenida, bairro, cidade etc.).
- Atividades com massa de modelar; construção de maquetes; utilização de jogos pedagógicos: letras, encaixes, gravuras.
- Utilização de jogos pedagógicos no computador; realização de atividades com pintura, desenho;
- Jogos e atividades variadas com alfabeto móvel, blocos lógicos...
- Jogos de memória, associação de imagens, quebra-cabeça...
- Contação de histórias e dramatizações.
- Dinâmicas com músicas.
- Deslocamentos em ambientes abertos através da expressão corporal com o uso de variados recursos, tais como bolas, arcos, dentre outros.

- Brincadeiras com bolas de diferentes cores e tamanhos;
- Desenhos com diferentes materiais (giz, lápis de cor, guache, tinta aquarela).
- Atividades com esquema corporal, como auto retrato, contorno do copo, etc.
- Brincadeiras com miniaturas.
- Carimbo e contorno de partes do corpo.
- Alinhavo. (barbante)
- Brincadeiras com materiais de diferentes texturas, forma e cores.

6. SELEÇÃO DE MATERIAIS PARA PRODUÇÃO DE ATIVIDADES

- Palitos de picolé
- Caixas de papelão
- Caixas de ovo
- Tampinhas de garrafa
- Botões
- EVA.
- Papel pardo
- Palitos de churrasco
- Cola
- Tesoura
- Giz de cera
- Lápis de cor
- Canetas
- Entre outros...

6. Materiais: PEDAGÓGICOS

- Um material dourado.
- Um alfabeto silábico.
- Um esquema corporal.
- Um quebra cabeça do corpo
- Quebra-cabeça sobreposto (sequência lógica) .
- Um alfabeto.
- Um dominó de associação de idéias.
- Um jogo da memória dos numerais.
- Uma caixa tátil.

Materiais para uso da professora

- Jogos diferenciados
- Folhas de diferentes espessuras
- Lápis de cor
- Canetas

- Caixas de plástico e de madeira
- Brinquedos
- Potes e latas
- Livros
- Blocos lógicos
- Entre outros.

8. MATERIAIS QUE NECESSITAM SER ADQUIRIDOS

- Blocos lógicos de diferentes tamanhos
- Material de apoio para deficiências múltiplas
- Jogos de encaixe e de montar
- Carretéis de linha (sem linha)
- Escorredor de macarrão
- Jogo de palito pequeno
- Canudinhos
- Jogos de alinhavo
- Linha de bordado
- Agulha grande

9. TIPOS DE PARCERIAS NECESSÁRIAS

- Assistente social;
- Pais;
- Psicólogo;
- Fonoaudiólogo;
- Professores;
- Comunidade em geral.

10. PROFISSIONAIS DA ESCOLA QUE RECEBERÃO ORIENTAÇÃO

As orientações serão de acordo com a necessidade de cada profissional, principalmente os professores do ensino regular.

11. AVALIAÇÃO

- **Formas de registro**

O registro será feito por meio de um Portfólio, bem como um relatório diário com prioridades e conquistas. Mensalmente será feita uma planilha de quantificação dos atendimentos e entregue a supervisora, coordenadora ou diretora.

- **Avaliação**

A avaliação acontece de forma qualitativa, com observação diária e registro, sendo esse transformado em um relatório no final do ano.

Fonte: Acervo da Escola

Os avanços dos alunos são descritos no relatório, que por sua vez são arquivados no portfólio do aluno para que todo o professor da escola tenha compreensão e possa acompanhar a evolução de cada aluno.

Ao logo dos atendimentos, fizeram-se necessárias várias intervenções, podendo assim pontuar as dificuldades dos alunos e estimulá-los de maneira significativa para o progresso destes estudantes.

CONCLUSÃO

O estudo foi realizado na Escola Municipal Castro Alves, na Sala de Recurso Multifuncional com os estudantes regularmente matriculados. A experiência que se consolida neste trabalho refere-se a uma trajetória profissional no atendimento às crianças e jovens com deficiência e a busca incessante por uma inclusão plena deste alunado.

O grande desafio para a efetivação de uma escola inclusiva é a falta de recursos necessários para o trabalho dos docentes da classe regular e formação continuada, para que possa adequar sua prática educacional a uma realidade caracterizada pela diversidade.

No que tange as experiências vivenciadas neste estudo, o papel da inclusão vai além de matricular e receber este aluno na unidade escolar, e sim, deve ser de acompanhar o desenvolvimento e corroborar de que este discente está de fato aprendendo os conteúdos devidamente adaptados para os diferentes níveis de ensino e aprendizado. Diante deste desafio, é necessário currículo apropriado e que contemplem as múltiplas formas de aprender.

Qualquer tentativa de inclusão deve ser analisada e avaliada em seus mais diversos aspectos, a fim de termos a garantia de que esta será a melhor opção para o indivíduo que apresenta necessidades especiais (CORREIA, 1997).

A inclusão ainda enfrenta muitos bloqueios e tem caminhos para transpassar, o importante é que isto já se iniciou e, no futuro, almeja-se que a escola seja um lugar para todos, onde não haja diferenciação e preconceito, que seja um lugar onde as diferenças sejam respeitadas e o tempo de aprendizagem de cada aluno seja valorizado.

Portanto, acreditamos que os resultados deste estudo possam contribuir de alguma forma, onde as discussões atuais em torno da temática sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular e conseqüentemente possa conquistar sua própria autonomia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília. 1994.
BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Portal de ajudas técnicas: recursos pedagógicos adaptados I**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL, **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
BRASIL. **Portal de ajudas técnicas: recursos pedagógicos adaptados I**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1E. p. 39-40.

Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2009, de 2 outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2009a. Seção 1. p. 17.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. p. 12. Disponível em: . Acesso em: 11 dez. 2011.

CARVALHO Rosita Edler. 1997. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editora, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais**. In: _____. *Atendimento Educacional Especializado*. – São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon. SENAC.

(Org.). 2001. *Caminhos pedagógicos da inclusão. Como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras*. São Paulo: Memnon.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

ⁱ Pedagoga (ULBRA), Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Especialista em Gestão Educacional pela Universidade São Salvador, Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Psicomotricidade e Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Campos Elíseos (FCE). Lattes:<http://lattes.cnpq.br/0284377999651972>.